

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ENFERMAGEM  
CURSO DE BACHARELADO EM SAÚDE COLETIVA**

**O ABORTO SOB O OLHAR DA MÍDIA IMPRESSA:  
UMA ANÁLISE DAS REPORTAGENS DO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO” EM 2016**

**CHEYENNE DUANNE MARTINS COLVERO**

Porto Alegre, 2016

**CHEYENNE DUANNE MARTINS COLVERO**

**O ABORTO SOB O OLHAR DA MÍDIA IMPRESSA:**

UMA ANÁLISE DAS REPORTAGENS DO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO” EM 2016

Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso, requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Saúde Coletiva, Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Cristianne Famer  
Rocha

Porto Alegre, 2016

**O ABORTO SOB O OLHAR DA MÍDIA IMPRESSA: UMA ANÁLISE DAS REPORTAGENS  
DO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO” EM 2016**

THE ABORTION UNDER THE PRESSED MEDIA LOOK: AN ANALYSIS OF THE NEWS ON THE  
NEWSPAPER "FOLHA DE SÃO PAULO" IN 2016

**CHEYENNE DUANNE MARTINS COLVERO**

Aluna da graduação em Saúde Coletiva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS.

E-mail: chey.bvs@gmail.com

**CRISTIANNE FAMER ROCHA**

Professora Adjunta da Escola de Enfermagem

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: cristianne.rocha@ufrgs.br

Porto Alegre, 2016.

# **O ABORTO SOB O OLHAR DA MÍDIA IMPRESSA: UMA ANÁLISE DAS REPORTAGENS DO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO” EM 2016<sup>1</sup>**

Cheyenne Duanne Martins Colvero  
Cristianne Maria Famer Rocha

## **RESUMO**

O enfoque desta análise são as informações veiculadas pela mídia impressa a respeito do aborto, em particular do jornal *Folha de São Paulo*, no período compreendido entre janeiro a junho de 2016, a fim de identificar quem são os sujeitos e quais as posições enunciadas sobre o abortamento nas reportagens (a favor, contra ou neutro). Realizou-se uma investigação de abordagem qualitativa e cunho exploratório descritivo que se deu através da técnica de pesquisa documental. Foram encontradas dezesseis reportagens que apresentaram diversos sujeitos, como políticos, representantes da igreja e mulheres. Entre os políticos foi demonstrado um posicionamento neutro em sua maioria, com exceção das bancadas religiosas que se mostram contrárias ao procedimento. Já as mulheres aparecem como mais favoráveis à discussão do tema e são as principais personagens no que se refere à inserção deste assunto no campo midiático, embora a visibilidade sobre aborto seja baixa. Ainda que existam evidências de que o aborto cause inúmeras dificuldades para o Sistema Único de Saúde e principalmente para a saúde das mulheres, a análise demonstra que, mesmo com a grande incidência de assuntos relacionados diretamente ao tema, não houve espaço propiciado pela mídia para debate sobre o assunto na sociedade brasileira, o que evidencia que este ainda não é um problema encarado ou tratado como de saúde pública.

**Palavras chave:** Aborto; Interrupção da Gravidez; Mídia; Imprensa.

## **THE ABORTION UNDER THE PRESSED MEDIA LOOK: AN ANALYSIS OF THE NEWS ON THE NEWSPAPER "FOLHA DE SÃO PAULO" IN 2016<sup>1</sup>**

Cheyenne Duanne Martins Colvero  
Cristianne Maria Famer Rocha

## **ABSTRACT**

The focus of this analysis are information's about abortion published by the print media, particularly on the newspaper "Folha de São Paulo", between January and June of 2016. The aims are to identify who are the people involved and what positions are expressed about abortion on the news (in favor, against or neutral). An investigation of qualitative and descriptive exploratory approach was carried out, which was done through documentary research technique. Sixteen reports were submitted containing different opinions, such as politicians, church representatives and women. Among the politicians, a neutral position was demonstrated in the majority, with the exception of the religious groups that are contrary to the procedure. On the other hand, women appear as more favorable to the discussion of the subject and are the main characters

---

<sup>1</sup>Artigo a ser submetido à Revista *Saúde em Redes*, cujas normas encontram-se ao final, no Anexo 1.

in the insertion of this subject in the media field, although the visibility on abortion is low. Even though there are evidences that abortion causes numerous difficulties for the Sistema Único de Saúde (SUS) and especially for women's health, the analysis shows that even with the great incidence of people directly related, there was no space provided by the media for debate in Brazilian society, which shows that this is not yet a problem faced or treated as public health.

**Keywords:** Abortion, Pregnancy, Interruption, Media, Press.

## **Contextualizando o aborto no Brasil**

Segundo o Dicionário Aurélio, um aborto ou interrupção da gravidez é a “expulsão de um feto ou embrião por morte fetal, antes do tempo e sem condições de vitalidade fora do útero materno”.<sup>1</sup>

Isto pode ocorrer de forma involuntária ou por indução, quando se provoca o fim da gestação, seja por meio de medicamentos, realização de cirurgias ou outros métodos com esta mesma finalidade.

O aborto induzido, se realizado por profissionais habilitados e em boas condições de higiene é um procedimento seguro para a mulher.<sup>2</sup> Contudo, quando realizado por pessoas não capacitadas ou fora de um ambiente hospitalar, chega a gerar aproximadamente 70 mil mortes e cinco milhões de lesões maternas por ano ao redor do mundo.<sup>3</sup>

Quando tratamos do tema aborto, sempre entramos em conflito entre o que é mais importante: os direitos reprodutivos ou o direito à vida do feto? A partir deste ponto, começamos a entrar em um terreno muito debatido, porém de pouco consenso entre as partes. De um lado, temos o direito à vida do feto e do outro o direito da mulher de decidir sobre seu próprio corpo.

De acordo com os princípios dos direitos sexuais e reprodutivos, tanto a mulher quanto o homem tem o reconhecimento da sua competência ética de decidir sobre sua sexualidade e reprodução. Isto inclui, sem discriminação, os direitos à concepção, à anticoncepção, à maternidade ou à interrupção de uma gravidez.<sup>4</sup>

Porém, nossa sociedade vive regulada por normas éticas, morais e religiosas que fazem com que uma mulher que deseje interromper uma gravidez seja, além de discriminada, também criminalizada caso o faça.

Na legislação brasileira, o aborto é considerado crime, exceto em três situações previstas no Código Penal Brasileiro: estupro, risco à vida da gestante, e em caso de fetos anencéfalos. Provocar um aborto, ou estar envolvido em um que não se enquadre nestas circunstâncias, pode levar a uma condenação de até oito anos de detenção.<sup>5</sup>

Entretanto, é sabido que mesmo com estas inúmeras barreiras, muitas mulheres fazem estes procedimentos de forma clandestina quando se encontram em uma situação de gravidez indesejada. Seja por meio de clínicas que oferecem o serviço ou através de métodos ainda mais perigosos, colocando sua saúde e vida em risco.

Anualmente, são registrados milhares de casos de mulheres vítimas de abortos clandestinos mal sucedidos, gerando internações e até mesmo óbitos que ficam apenas nas estatísticas.

Considerando a magnitude desse evento e o impacto que possui sobre a saúde de todas as mulheres, é evidente que se trata de um grave problema de saúde pública, mas que não possui nenhuma medida efetiva para saná-lo, ainda que exista reconhecimento de diversos organismos internacionais que o aborto gera repercussões sobre a saúde reprodutiva, mental e sexual das mulheres.

Mesmo com todas essas questões, nossa legislação é extremamente restritiva neste ponto, já que pune e, por consequência, estigmatiza a mulher que, sem alternativa, recorre a medidas desesperadas para evitar uma gestação não planejada.

Segundo dados fornecidos pelo Ministério da Saúde por meio da Lei de Acesso à Informação, foram realizados 1.515 abortos no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2015<sup>6</sup>, frente a um número desproporcional da Pesquisa Nacional do Aborto (PNA) da Universidade de Brasília, divulgada seis anos atrás, onde uma em cada cinco mulheres já fez um aborto no Brasil,<sup>7</sup> demonstrando o grande número de abortos ilegais no país.

Em 2012, o Senado uruguaio aprovou a descriminalização do aborto.<sup>8</sup> Segundo o Código Penal do país vizinho, as cidadãs uruguaias que queiram pôr fim à gravidez, até o primeiro trimestre de gestação, devem ser submetidas a um comitê formado por uma equipe multiprofissional integrada por ginecologistas, psicólogos, assistentes sociais, etc. que lhe informarão sobre riscos e alternativas ao aborto. Caso deseje prosseguir com o procedimento, ela poderá realizá-lo a qualquer momento em centros públicos ou privados de saúde. Após a adoção desta Lei, foi divulgado um relatório

feito pelo Ministério da Saúde Uruguaio que abrangia o período entre dezembro de 2013 e novembro de 2014.<sup>9</sup> Nele, foi constatado que nenhuma morte foi registrada em decorrência do procedimento e que 30% das mulheres desistiram de interromper a gravidez após iniciar o processo de abortamento desde que a Lei foi aprovada no país. Estas informações são relevantes quando lembramos que, no Brasil, o aborto é a quinta maior causa de mortalidade materna.<sup>10</sup>

A desigualdade de gênero também é um catalisador para os problemas de saúde das mulheres, pois a “vulnerabilidade feminina frente a certas doenças e causas de morte está mais relacionada com a situação de discriminação na sociedade do que com fatores biológicos”.<sup>11:9</sup>

No Brasil, desde 1984, este procedimento é considerado crime contra a vida humana pelo Código Penal Brasileiro em vigor, apesar de inúmeros relatórios e pesquisas já terem demonstrado o fato de que o aborto ilegal é um grave problema de saúde no país.

A Igreja Católica, por exemplo, é contra o aborto, pois argumenta que "a vida humana deve ser respeitada e protegida de modo absoluto a partir do momento da concepção", e assim se opõe determinadamente contra o uso de métodos contraceptivos e a prática do aborto.<sup>12</sup> A mulher e todos os envolvidos na prática deste procedimento tem excomunhão automática, que só pode ser removida quando o indivíduo procura por intensa penitência e obtém a absolvição e "perdão divino".

Juntamente a isso, o Brasil vive um momento político no qual é possível encontrar um grande número de parlamentares ligados a bancadas religiosas, o que reforça a barreira para o avanço da questão no âmbito legislativo, já que em sua maioria as religiões são contra o procedimento. De acordo com o site da Câmara dos Deputados Federais e dados fornecidos pela própria Frente Parlamentar Evangélica (FPE), há cerca de duzentos parlamentares da FPE em exercício, contudo os números podem ser ainda maiores devido à quantidade de suplentes de cargos.<sup>13</sup>

Estas informações nos trazem a imagem de um Congresso extremamente religioso e conservador, o que afeta diretamente estas questões e que também são pessoas influentes na formação de opinião da população.

Portanto, o fato de vivermos em uma sociedade tão desigual, do ponto de vista socioeconômico, mas também em relação às questões de gênero, deve-se, de certa

forma, às opiniões formadas através destas pessoas/personalidades que nos influenciam, e também das informações que os meios de comunicação produzem e reproduzem, continuamente.

Os meios de comunicação são formadores de opinião e podem corroborar ou desconstruir conceitos e culturas estabelecidos ao longo de nossas vidas e, sendo o aborto um assunto tão vital para a saúde reprodutiva das mulheres e da própria sociedade como um todo, é ao menos esperado que a imprensa aborde-o com determinada frequência, gerando assim uma série de debates a respeito do tema, por diferentes grupos da sociedade.

Considerando-se a importância da temática e do quanto os meios de comunicação podem fortalecer certos conceitos em detrimento de outros, o objetivo desse texto é analisar as informações veiculadas pela mídia impressa, em particular do jornal *Folha de São Paulo*, no período compreendido entre janeiro a junho de 2016, a respeito do aborto, a fim de identificar quem são os sujeitos das reportagens e quais as posições enunciadas sobre o abortamento nas mesmas (a favor, contra ou neutra).

## **Procedimentos metodológicos**

A investigação, de abordagem qualitativa e cunho exploratório descritivo, se deu através da técnica de pesquisa documental na mídia impressa, especificamente no jornal *Folha de São Paulo (FSP)*.

Foram analisadas reportagens publicadas no jornal da FSP no período de um de janeiro a trinta de junho de 2016, orientada pelos descritores: *aborto*, *abortamento* e *interrupção da gravidez*. A escolha deste jornal se deu pelo seu grande número de leitores (2.378.000 leitores do jornal impresso no país segundo dados fornecidos pela empresa)<sup>14</sup> e de sua importância no contexto nacional, característica que tende a construir uma opinião pública acerca do que é noticiado. O estudo busca compreender o tema através da análise das reportagens a respeito do aborto, dos atores e sujeitos que falam sobre o assunto, e qual a abordagem adotada nas reportagens, conforme mais acima explicitado.

Para análise das reportagens selecionadas, foi utilizada uma matriz, onde foram identificados os temas, abordagens e sujeitos envolvidos. Também foram identificados



os conteúdos destas reportagens, seguindo Bardin (2004), ou seja, primeiro foi feita uma pré-análise (em que se organizou o material empírico, a fim de sistematizar as ideias iniciais e criar as categorias de análise), de exploração do material (em que, após a definição das categorias de análise, foram realizadas as operações de busca e separação do material empírico) e de tratamento dos resultados obtidos (em que os “materiais brutos” foram tratados de maneira a serem significativos e válidos aos interesses da investigação realizada). A análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”.<sup>15:27</sup> Não se trata apenas de um único instrumento, mas de um leque de ferramentas adaptáveis de acordo com a diversidade de documentos e objetivos dos investigadores.

## Resultados e discussão

Ao total, a *Folha de São Paulo* (FSP) publicou 31 reportagens com os descritores “aborto, interrupção da gravidez e abortamento”, no período indicado. Destas, 15 reportagens foram eliminadas, pois não se encaixaram nas especificações deste trabalho, por serem notícias ou informações que tratavam do tema no cenário internacional ou que não foram consideradas relevantes ao propósito desta pesquisa, como notícias sobre filmes, eventos e etc.

Após esta primeira seleção, restaram 16 textos, entre eles notícias, artigos, cartas de leitores, editoriais, entre outros. Estes resultados foram agrupados aqui de acordo com as chamadas *seções* nas quais o jornal as dispõe:

**Tabela 1.** Número de reportagens de acordo com “Seções” de janeiro a junho 2016.

Mês	Seção					Total
	Cotidiano	Poder	Análise	Carta do Leitor	Coluna	
Janeiro	-	-	-	-	-	0
Fevereiro	2	-	-	-	-	2
Março	2	-	1	1	-	4
Abril	-	1	-	-	1	2
Maio	-	2	1	-	-	3
Junho	2	2	-	-	-	4
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>16</b>

Fonte: *Folha de S. Paulo* (2016)

As seções com maior número de reportagens relacionadas ao tema foram *Cotidiano* e *Poder*.

Em nenhuma das reportagens o aborto foi tema de capa, manchete ou mesmo destinou espaço a uma discussão acerca do objeto desta pesquisa, mesmo quando se

tratava de reportagens relativas à violência sexual, saúde ou direitos reprodutivos da mulher, demonstrando que o assunto ainda não é visto como prioridade ou como um problema de saúde pública.

### ***As notícias sobre aborto, mês a mês***

No mês de janeiro, nenhuma notícia relacionada ao tema foi encontrada em nenhuma das seções do jornal.

Já em fevereiro, devido a um surto de Zika, doença viral transmitida pelo *Aedes Aegypti* que está diretamente relacionada a casos de microcefalia<sup>16</sup>, as reportagens começaram a ser publicadas, gerando a discussão sobre a necessidade ou o direito da mulher em prosseguir com uma gestação de feto microcefálico. Dentre as chamadas dessas reportagens, estavam: “Zika pode causar acúmulo de líquido no corpo, diz estudo”<sup>17</sup> e “Maioria dos brasileiros desaprova aborto mesmo com microcefalia”<sup>18</sup>, onde, segundo pesquisa do Datafolha (instituto de pesquisa da *Folha de São Paulo*), 58% dos entrevistados avaliaram que as grávidas que contraíram o Zika não poderiam ter a opção de interromper a gravidez, contra 32% que defendiam esse direito. Posicionamentos favoráveis ou contrários foram debatidos apenas nesta reportagem, momento auge da discussão devido à epidemia de Zika Vírus. Nesta mesma notícia, foi citado um índice de rejeição inclusive em casos em que a microcefalia já tivesse sido comprovada durante a gestação, onde 51% se posicionaram contra e 39% a favor do aborto. Ainda segundo a reportagem, em novembro de 2015, o Datafolha realizou uma pesquisa semelhante sobre a legislação do aborto de modo geral, sem estar relacionado a doenças e, na ocasião, 67% defendiam manter a punição à prática, contra 16% que eram favoráveis à ampliação do aborto legal para mais situações e 11% que defendiam a prática em qualquer hipótese.

Em março, assim como em julho, foi encontrado o maior número de notícias relacionadas aos descritores da pesquisa. Após as duas matérias relacionadas ao Zika e ao aborto no mês de fevereiro, uma leitora enviou uma carta ao jornal com seu posicionamento a favor do aborto:

O aborto não é tema para decisão plebiscitária (Maioria desaprova aborto mesmo com microcefalia). A única coisa que se obtém de pesquisas de opinião é o reforço de uma moral majoritária: as pessoas não necessariamente respondem sobre aquilo em que genuinamente acreditam,

mas sobre a resposta que julgam ser considerada correta. O direito ao aborto, especialmente em tempos de uma epidemia tão grave, não pode ser questão de opinião. É questão de proteção a direitos fundamentais das mulheres.<sup>19</sup>

Também foi reportado o resultado de um estudo publicado na revista *The Lancet*<sup>11</sup>, demonstrando que 1% das gestações de mães infectadas pelo Zika Vírus poderia gerar crianças microcefálicas e que a má formação poderia estar também relacionada a outras causas, como genética ou fatores ambientais.<sup>20</sup>

O alto índice de mortes suspeitas na cidade de São Paulo, que incluía situações como "acidentes de trânsito, doenças, quedas acidentais, dúvidas sobre suicídio, aborto e também mortes naturais", também foi tema no mês de março<sup>21</sup>, seguida por outra posterior sobre a redução dos homicídios ocorridos no mês de fevereiro, enfatizando o já crescente aumento de mortes suspeitas, que compreendia o aborto.<sup>22</sup>

Em abril, assim como em fevereiro, foram publicadas apenas duas reportagens e ambas na seção *Poder*. A primeira delas tratava sobre a cobertura realizada pela imprensa diante da votação na Câmara dos Deputados Federais sobre o prosseguimento do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e sobre a tentativa do ex-Presidente Lula em "recompor a base social fraturada, anunciando apoio a diversas pautas das quais o Governo Dilma se divorciou, como é o caso de tratar o aborto como questão de saúde pública".<sup>23</sup>

A segunda reportagem trouxe diversos assuntos na mesma chamada jornalística, sendo um deles a denúncia da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLBTT) que coliga 308 organizações, contra o então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). A Associação ameaçava denunciar o Deputado em mais de cinquenta iniciativas que violam os direitos humanos, como "o apoio à proposta de redução da maioria penal e à mudança na lei que permite o aborto legal, além da criação do Dia do Orgulho Heterossexual".<sup>24</sup>

O mês de maio, na seção *Poder*, duas notícias foram publicadas no jornal: uma tratava da ocupação do cargo de Ministro da Ciência e Tecnologia pelo Bispo,

---

<sup>11</sup>The Lancet é uma revista científica sobre medicina publicada semanalmente. É uma das mais antigas e conhecidas revistas médicas do mundo e descrita como uma das mais prestigiadas.

Especialista em Direito Penal e Presidente do Partido Republicano Brasileiro (PRB), Marcos Pereira. O mesmo foi questionado sobre suas crenças religiosas e se estas não seriam um impeditivo para o avanço das pesquisas em campos como células-tronco e aborto de anencéfalos. No entanto, o Bispo se disse favorável aos estudos científicos e que os incentivaria.<sup>25</sup>

Janaína Paschoal, Professora de Direito e Religião na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), que ficou conhecida por fazer fortes discursos apoiando o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff e ser uma das autoras da denúncia que culminou como impeachment da Presidenta do Brasil, também foi tema de uma reportagem onde foi apoiada, mas também criticada por alunos da USP, devido a seus posicionamentos contrários ao aborto, lei do feminicídio e outras pautas feministas.<sup>26</sup>

Na seção *Análise*, uma breve crítica a respeito de um estupro coletivo sofrido por uma jovem que foi violentada por cerca de trinta homens em uma comunidade no Rio de Janeiro. Nela, a autora explicita a dificuldade de muitas mulheres em denunciar seus agressores e que algumas só o fazem quando engravidam e buscam o aborto legal.<sup>27</sup>

Em junho, quatro reportagens foram publicadas: duas na seção *Poder* e duas na seção *Cotidiano*. Na mesma data, em 12 de junho, foram publicadas duas reportagens distintas relacionadas ao então Presidente interino, Michel Temer, na seção “Poder”. Ambas as reportagens traziam a informação de que em 1º de julho, Temer indicou a ex-Deputada Fátima Pelaes para a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). A mesma era contra a legalização do aborto, mesmo em casos de estupro e é suspeita de desviar dinheiro de emendas parlamentares.<sup>28,29</sup>

No entanto, no mesmo dia de sua indicação, em 1º de junho, após ser duramente criticada por servidores da própria SPM e integrantes da Frente de Trabalhadores das Secretarias da Juventude, Igualdade Racial e Direitos Humanos<sup>30</sup>, Pelaes divulgou, em uma nota, defender o apoio do Estado às mulheres que optarem por interromper a gravidez nos casos permitidos por lei e este foi o tema de uma das reportagens em 1º de Junho na seção *Cotidiano*, intitulada: “Após polêmica, Secretária da Mulher defende aborto em caso de estupro”.<sup>31</sup>

Em 6 de junho de 2016, também na seção *Cotidiano*, foi publicada a seguinte chamada: “Mulher narra estupro, gravidez e sofrimento de abortar em casa”. O relato conta a história de uma assistente social violentada pelo próprio parceiro em 2005 e que, ao engravidar, optou pelo aborto clandestino em casa.<sup>32</sup>

### ***Sujeitos e posições adotadas nas reportagens***

De acordo com as reportagens publicadas durante o período pesquisado, viu-se que quatorze das dezesseis reportagens trataram a assunto do aborto de maneira superficial, sem muito aprofundamento sobre o tópico em si, enquanto as outras duas discutiram questões legais sobre o aborto, como situações em que é permitido ou não.

Em relação às posições enunciadas sobre o abortamento nas reportagens (a favor, contra ou neutro), é possível indicar que em sua grande maioria o posicionamento é neutro, tendendo à imparcialidade, pois nas seções com maior número de reportagens - *Cotidiano* e *Poder*, - as notícias geralmente estavam relacionadas a outro tema, sendo o aborto um assunto secundário ao que estava sendo noticiado.

Com frequência, a seção *Poder* citava o aborto como uma agenda da saúde pública ou trazia posicionamentos de determinados políticos ou grupos, sempre implicando em uma opinião superficial dos mesmos. Em apenas uma das reportagens, o posicionamento da Deputada Fátima Pelaes foi destacado como sendo contrário ao aborto, inclusive em casos já aceitos pela legislação.

Mesmo se tratando de uma importante fonte jornalística, a Igreja/religião foi citada em apenas uma notícia, quando o Bispo Marcos Pereira fora cotado para assumir o cargo de Ministro da Ciência e Tecnologia.<sup>25</sup> Neste momento, ele se mostrou disposto a discutir pautas pertinentes a avanços científicos, contudo não se posicionou de forma consistente sobre a questão do aborto em geral.

Os casos de violência sexual ou de saúde da mulher que eram noticiados aproximaram-se mais do assunto, ainda que o aborto não fosse a pauta central em discussão, manifestando-o como uma preocupação ou saída procurada por gestantes infectadas pelo Zika Vírus, que temiam por fetos microcefálicos. Nos textos das reportagens, é possível identificar que os argumentos, ainda que não explicitamente favoráveis ou contrários ao aborto, partiam especialmente de escritoras mulheres, que

se mostravam preocupadas com a saúde e bem estar da população feminina. O mesmo se repete nos casos de assédio e violência contra a mulher, onde as principais autoras e protagonistas das falas são elas.

Nove das dezesseis reportagens foram escritas por homens, e apenas duas dentre as nove se aproximaram da questão do abortamento. No entanto, em nenhuma reportagem selecionada no período desse estudo, foi possível identificar qualquer análise ou discussão aprofundada sobre o aborto ou mesmo sobre a liberdade individual das mulheres de decidirem sobre o ato em si.

Em 2009, uma pesquisa analisou os principais elementos do debate sobre o aborto no Brasil, entre os anos de 2003 a 2008, também no jornal Folha de São Paulo, e identificou que as mulheres são as principais personagens no que se refere à inserção deste tema no campo midiático, mas que a visibilidade sobre a questão ainda é baixa e, em sua maioria, inclinada à neutralidade.<sup>33</sup>

Ainda que os movimentos feministas e de direitos das mulheres tenham se fortalecido ao longo dos anos graças à atuação de coletivos feministas por meio das redes sociais e digitais, que tem ampliado as noções políticas referentes a elementos como violência, assédio<sup>34</sup> e direitos reprodutivos e fundamentais das mulheres, poucos foram os avanços nestas áreas, especialmente se tratando do aborto. Mesmo que seja crescente o número de mobilizações, protestos e manifestações relativas a estas e outras pautas de movimentos feministas,<sup>35</sup> questões como política - e especialmente religião e conservadorismo - são obstáculos para o avanço e, conseqüentemente, para o debate sobre aborto legal.

É interessante observar que frequentemente a cobertura jornalística não contribui para a promoção da saúde sexual e reprodutiva das mulheres e de como “a perspectiva da autonomia feminina e dos direitos sexuais e reprodutivos pouco aparece no debate social”.<sup>36:171</sup>

## **Considerações finais**

A discussão sobre o aborto no Brasil necessita de um maior entendimento entre poder público, movimentos feministas e até mesmo religião, pois é através da articulação entre estes atores que será possível dar visibilidade para este problema de saúde e assim trazer o debate para a mídia de forma mais contundente e aberta,

fugindo a recorrente tendência à neutralidade observada nos noticiários jornalísticos e corroborada pelo resultado desta e de outras pesquisas.

A análise demonstra que, mesmo com a grande incidência de assuntos relacionados diretamente ao tema, não houve espaço propiciado pela mídia para debate sobre o assunto na sociedade brasileira, o que evidencia que este ainda não é um problema encarado e especialmente tratado como de saúde pública.

Fica claro que as mulheres apesar da falta de visibilidade, permeiam as barreiras e são as principais protagonistas quando as falas sobre aborto são trazidas à luz, o que evidencia a necessidade sentida por elas em buscar esta discussão a fim de mais igualdade e liberdade sobre si e seus corpos.

O aborto é uma realidade não só no Brasil, mas em todo o mundo, e devemos enfrentá-lo como uma situação que necessita de solução imediata, pois inúmeras mulheres submetem-se a procedimentos perigosos e insalubres todos os dias, aumentando o índice de morte materna, procedimentos pós-aborto e internações causadas por métodos inseguros, gerando gastos ainda maiores aos cofres públicos do que os procedimentos de aborto legal.

O que se percebe é que as discussões sobre abortamento e outros temas desta mesma ordem, por exemplo, não possuem espaço suficiente para gerar debate e senso crítico capaz de mudar estas perspectivas, muitas vezes concretadas na cultura da população, e sendo a mídia um canal altamente eficiente neste propósito, há escassez de informações e especialmente de espaço para que os debates ocorram.

## Referências

1. AURÉLIO ONLINE - **Dicionário Português**. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/aborto>>
2. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Unsafe abortion: the preventable pandemic**. Suíça, 2006. Disponível em: <[http://www.who.int/reproductivehealth/publications/general/lancet\\_4.pdf](http://www.who.int/reproductivehealth/publications/general/lancet_4.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2016.
3. OBSTETRICS AND GYNAECOLOGY, JOGC – **Unsafe abortion: global and regional incidence, trends, consequences, and challenges**. Canadá, 2009. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20085681>>. Acesso em: 3 out.

- 2016.
4. VENTURA, M. **Direitos Reprodutivos no Brasil**. Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA 3ª edição, p. 19-20. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos\\_reprodutivos3.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_reprodutivos3.pdf)> JOURNAL OF
  5. BRASIL. **Decreto Lei 2.848 - Art. 124 a 128**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
  6. BRASIL. **Registro de entrada de mulheres no SUS por complicações ligadas a abortos clandestinos**. Governo Federal, 2016. Disponível em: <<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31-47d7-4485-ab65-ab0cee9cf8fe&ID=471718&Source=http%3A%2F%2Fwww%2Econsultaesic%2Ecg.gov%2Egov%2Ebr%2Fbusca%2FSitePages%2Fresultadopesquisa%2Easpx%3Fk%3Dabortos%25202015&Web=88cc5f44-8cfe-4964-8ff4-376b5ebb3bef>>
  7. DINIZ, D. MEDEIROS, M. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciência & Saúde Coletiva**, 15 (Supl. 1) p. 959-966, 2010. Disponível em: <<http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2013/09/PNA.pdf>> Acesso em: 9 nov. 2016.
  8. URUGUAI. **Ley N°18.987**. Poder Legislativo, Republica Oriental del Uruguay. 22 de out. 2012. Disponível em: <<https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp493145.html>>
  9. URUGUAI. **Interrupción voluntaria de embarazo**. Ministerio de Salud Pública, 2015. Disponível em: <<http://www.msp.gub.uy/noticia/interrupci%C3%B3n-voluntaria-de-embarazo>>. Acesso em 12 abr. 2016.
  10. GRANJEIA, J. Governo afirma à ONU que aborto clandestino no país é problema de saúde pública. **O Globo**, São Paulo, 10 mar. 2016. Seção Sociedade. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/governo-afirma-onu-que-aborto-clandestino-no-pais-problema-de-saude-publica-15550664>>. Acesso em: 15 abr. 2016.
  11. BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
  12. The Holy See. **Catechism of the Catholic Church**. Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/ENG0015/\\_\\_\\_P7Z.HTM#-2C6](http://www.vatican.va/archive/ENG0015/___P7Z.HTM#-2C6)>
  13. DIP, A. Os pastores do Congresso. **Agência Pública**, out 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/10/os-pastores-do-congresso/>> Acesso em 10 abr. 2016.



14. Perfil do Leitor Nacional. **Folha de São Paulo**. Disponível em:  
<[http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil\\_do\\_leitor\\_nacional.shtml](http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor_nacional.shtml)>  
Acesso em: 05 dez. 2016.
15. BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2004.
16. BRASIL. **Prevenção e combate: Dengue, Chikungunya e Zika- Tire Dúvidas** – Ministério da Saúde. Disponível em:  
<<http://combateaedes.saude.gov.br/pt/tira-duvidas>> Acesso em 28 out. 2016
17. COLLUCCI, C. Zika pode causar acúmulo de líquido no corpo, diz estudo. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 26 fev. 2016, às 2h. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/02/1743539-zika-pode-causar-acumulo-de-liquido-no-corpo-diz-estudo.shtml>>
18. FERRAZ, L. Maioria dos brasileiros desaprova aborto mesmo com microcefalia. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 29 fev. 2016, às 2h. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/02/1744476-maioria-dos-brasileiros-desaprova-aborto-mesmo-com-microcefalia.shtml>>
19. DIOS, V.C. Leitora afirma que direito ao aborto não pode ser questão de opinião. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 01 mar. 2016 às 02h00. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2016/03/1744857-leitora-afirma-que-direito-ao-aborto-nao-pode-ser-questao-de-opinioao.shtml>>
20. COLLUCCI, C. Resultado de estudo é um alento diante da histeria com o zika. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 16 mar. 2016 às 02h00. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2016/03/1750412-resultado-de-estudo-sobre-zika-e-um-alento-diante-da-histeria-que-tomou-o-pais.shtml>>
21. PAGNAN, R. MONTEIRO, A. Número de mortes suspeitas fora do balanço de homicídios explode em SP. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 04 mar. 2016 às 02h00. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/03/1746192-numero-de-mortes-suspeitas-fora-do-balanco-de-homicidios-explode-em-sp.shtml>>
22. SILVA, J. Sem abrir dados de crimes, SP anuncia redução dos homicídios em fevereiro. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 24 mar. 2016 às 18h28min. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/03/1753845-sem-abrir-dados-de-crimes-sp-anuncia-reducao-dos-homicidios-em-fevereiro.shtml>>
23. SÁ, N. Cobertura mostra Brasil petrificado diante da votação na Câmara. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 18 abr. 2016 às 2h25min. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762243-cobertura-mostra-br>>

- asil-petrificado-diante-da-votacao-na-camara.shtml>
24. TAVARES, J. PAES, M. MORI, L. PSDB vai se reunir para decidir se apoia um eventual governo Temer. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 20 abr. 2016 às 02h00. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/04/1762911-p-sdb-vai-se-reunir-para-decidir-se-apoia-um-eventual-governo-temer.shtml>>
  25. AGOSTINI, R. Bispo diz que crença não pode tirá-lo do Ministério da Ciência. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 05 maio 2016 às 02h00. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1767962-bispo-diz-que-crenc-a-nao-pode-tira-lo-do-ministerio-da-ciencia.shtml>>
  26. BOLDRINI, A. Autora de pedido de impeachment divide opiniões como professora. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 12 maio 2016 às 6h43min. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770422-autora-de-pedido-de-impeachment-divide-opinioes-como-professora.shtml>>
  27. COLLUCCI, C. Novos casos revelam o quanto a cultura do estupro impera no país. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 27 maio 2016 às 02h00. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1775446-novos-casos-revelam-o-quanto-a-cultura-do-estupro-impera-no-pais.shtml>>
  28. LADEIRA, P. Em balanço de um mês de governo, Temer omite demissões de ministros. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 12 jun. 2016 às 20h4min. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1780954-em-balanco-de-um-mes-de-governo-temer-omite-demissoes-de-ministros.shtml>>
  29. URIBE, G. CRUZ, V. Em 1 mês de governo, Temer teve vitórias e dias de turbulência. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 12 jun. 2016 às 02h18. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1780797-em-1-mes-governo-temer-teve-vitorias-e-dias-de-turbulencia.shtml>>
  30. PEDUZZI, P. Servidores protestam contra nomeação da ex-deputada Fátima Pelaes para SPM. **Agência Brasil**, Brasília, 06 jun. 2016. Disponível em:  
<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-06/servidores-protestam-contraindicada-para-secretaria-de-politicas-para>>. Acesso em 08 nov. 2016
  31. CANCIAN, N. Após polêmica, secretária da Mulher defende aborto em caso de estupro. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 01 jun. 2016 às 15h43. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1777134-apos-polemic>>

a-secretaria-da-mulher-defende-aborto-em-caso-de-estupro.shtml>

32. BRISOLLA, F. Mulher narra estupro, gravidez e sofrimento de abortar em casa. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 06 jun. 2016 às 02h00. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1778593-mulher-narra-estupro-gravidez-e-sofrimento-de-abortar-em-casa.shtml>>
33. PINHO, A. Os debates sobre aborto na mídia brasileira: Dos enquadramentos midiáticos a construção de uma democracia plural. **E-cadernos – CES**. Universidade de Brasília, 2009.
34. FERREIRA, C. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, v. 44, p. 199-228, jan/jun 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/cpa/n44/pt\\_0104-8333-cpa-44-00199.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cpa/n44/pt_0104-8333-cpa-44-00199.pdf)>. Acesso em: 9 nov. 2016.
35. ALVAREZ, E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, v. 43, p.13-56, jan/jun 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0013.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2016.
36. SOUZA, R. A.; BRANDÃO, E.R - À sombra do aborto: o debate social sobre a anticoncepção de emergência na mídia impressa brasileira (2005-2009)\*. **Interface - Comunic. ,Saúde, Educ.**, v.16, n.40, p.161-75, jan/mar 2012.

## **ANEXO 1: DIRETRIZES PARA AUTORES DA REVISTA “SAÚDE EM REDES”**

Os artigos devem ser originais e não terem sido publicados, nem submetidos, a outro periódico. Os autores assumem a responsabilidade de que o trabalho não foi publicado anteriormente ou está sob avaliação por outra revista.

A revista Saúde em Redes não realiza qualquer cobrança de taxa de submissão dos originais enviados, nem cobra custos de tradução ou revisão, se necessários.

Uma vez enviado os originais, os mesmos serão submetidos a avaliação por pareceristas na forma de duplo cego (doubleblindpeerreview), onde os pareceristas não terão acesso aos dados e identidade dos autores, bem como estes em relação aos pareceristas. Todo o resultado das avaliações são encaminhadas pelos editores aos autores que intermediam o processo de avaliação.

Aspectos Éticos: artigos originais deve necessariamente ter seguido os princípios éticos contidos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional Conselho de Saúde (<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>) ou princípios equivalentes válidos no país de origem do manuscrito e passaram a aprovação do Comitê de Ética da instituição de origem, este fato deve ser claramente indicado na descrição do método, com o número do protocolo. Caso seja relevante, o relatório que foi obtido consentimento informado de todos os participantes adultos ou, no caso de menores, termo de assentimento e consentimento de seus representantes legais.

Cada pessoa designada como um autor deve ter participado ativamente no trabalho e assumir a responsabilidade pública por parte do artigo, para a qual contribuiu. Reconhecimento da autoria deve ser baseado em contribuições substanciais para o seguinte:

1. Concepção e delineamento, aquisição de dados, ou análise e interpretação dos dados;
2. Elaboração do artigo ou revisão crítica do conteúdo intelectual;
3. Aprovação final da versão a ser publicada.

Os autores devem atender a todas as três condições. O documento apresentado deverá ter sido lido com atenção por todos os autores, que devem concordar com o seu conteúdo. Sobre direitos autorais, consulte o item especial. Direitos Autorais. Políticas editoriais Autores são convidados a consultar as Políticas da Revista da Rede UNIDA, no menu para aprender sobre o foco e o escopo, do processo de revisão por pares da revista, a declaração de conflito de interesses e outras políticas editoriais.

### **INSTRUÇÕES GERAIS**

É solicitado gentilmente aos autores para seguirem atentamente todas as instruções para a preparação do manuscrito. Só será enviado aos colaboradores (revisores) manuscritos que estão em estrita conformidade com as normas especificadas.

Os artigos podem ser escritos em Português, Inglês, Espanhol ou Italiano e do estilo deve ser claro e conciso. Autores são fortemente aconselhados a enviar o manuscrito em sua forma final após a realização de uma verificação ortográfica.

Os artigos devem ser digitados em Word (Microsoft Office), em uma página tamanho A4, configurado com espaçamento 1,5, margens laterais de 2,5 cm, fonte Calibri 12, recuo de primeira linha a direita de 1,25cm, com espaçamento de 10pt entre parágrafos (geralmente basta adiciona espaço depois de parágrafo no item próprio no word). Os textos devem estar apresentados com margem justificada.

Use a formatação automática para criar recuo no início dos parágrafos, e não a tecla de espaço ou tab.

O tamanho de cada documento não deve exceder 2 MB.

A ordem é a seguinte para todos os manuscritos: primeira página, resumo, resumo traduzido (abstract), palavras-chaves, texto, agradecimentos (se houver), referências, tabelas, figuras. Veja abaixo os detalhes sobre a preparação de cada um desses elementos, "Estrutura do manuscrito".

As unidades de medida devem seguir o Sistema Internacional de Unidades.

Abreviaturas podem ser utilizadas. Na primeira citação, a palavra deve ser escrita por extenso, seguido da sigla entre parênteses. Não use abreviaturas nos resumos.

## **ESTRUTURA DO MANUSCRITO**

### **1. Primeira página**

1.1 Título: conciso e explicativo em português e inglês, máximo de 150 caracteres com espaços;

1.2 Autores: nome completo, titulação, instituição e e-mail;

1.3 Autor correspondente: nome, endereço postal, telefone e e-mail para publicação;

1.4 Descreva a autoria baseado em contribuições substanciais. Observação: a página de título é retirado do arquivo fornecido aos colaboradores.

### **2. Resumo e palavras-chave estruturados**

2.1 Resumo: deve ter até 250 palavras. Os resumos devem ser estruturados da seguinte forma: - Artigo original: Objetivos, Métodos, Resultados, Conclusões. - Artigo de revisão: Objetivos, Fonte de dados, Resumo das conclusões (Para a definição de cada tipo de artigo, consulte a seção Políticas, encontrado no menu).

2.2 Palavras-chave: Devem conter pelo menos três palavras-chave, não ultrapassando seis, ser separadas por ponto e vírgula e deve ser consultado em "Descritores em Ciências da Saúde (DeCS)", publicado anualmente e está disponível em <http://decs.bvs.br>.

2.3 Abstract e Keyword: Deverá ter um resumo traduzido para inglês. Quando o idioma do texto for em inglês, o resumo deverá ser traduzido para o português. E keyword poderá ser também tirado do DECS, não precisará ser traduzido.

### 3. Texto

3.1 Artigo Original: deve conter no máximo 3.000 palavras (excluindo tabelas e referências) e apresentar um máximo de 40 referências. O número total de tabelas e figuras não deve ser maior que cinco. O texto original do artigo deve seguir um formato estruturado: Introdução, Métodos, Resultados, Discussão, Considerações finais, Referências.

Também são aceitos artigos originais separados com subtítulos, não excluindo a Introdução, Considerações Finais e Referências.

#### 3.1.1 CITAÇÕES

##### Formatação

Números arábicos, sobrescritos. Ex: 12  
Ordenadas consecutivamente

Com indicação de páginas. Ex. 12:381

Citações de referências sequenciais separadas por vírgula, sem espaço entre elas. Ex: 1,2,4,5,9

Citações de referências intercaladas separadas por vírgula, sem espaço entre elas. Ex: 8,14, 10,12,15

#### 3.1.2 Notas de rodapé

Restritas ao mínimo necessário.  
Indicadas por números romanos.

3.2 Revisão Sistemática: deve conter no máximo 6.000 palavras (excluindo tabelas e referências) e fornecer pelo menos 50 referências. O artigo de revisão pode apresentar um padrão menos rígido, incluindo Introdução, Métodos, Revisão da Literatura, Considerações finais e Referências.

3.3 Resenhas: deve conter no máximo 2.000 palavras. Devem primar pela objetividade e concisão. São compostos de resumos e comentários sobre importantes obras publicadas na Saúde Coletiva. Podem ser tanto obras clássicas, quanto obras recentemente disponibilizadas ao público.

4. Agradecimento (opcional): Devem ser breves e objetivos, apresentada no final do texto (antes das referências), incluindo apenas as pessoas ou instituições que contribuíram para o estudo.

5. Tabelas: As tabelas com suas legendas devem ser enviados em formato Word (Microsoft Office), sendo colocados após as referências em novas páginas. Todas as tabelas devem ser numeradas em ordem de aparecimento no texto. A legenda deve aparecer em sua parte superior, precedida da palavra "Tabela" seguida pelo número de ordem de ocorrência no texto em algarismos arábicos (por exemplo, Tabela 1, Tabela 2, etc.). Os títulos das tabelas devem ser auto-explicativo, para que as tabelas sejam compreendidas dispensando consulta ao texto. Explicações específicas ou mais detalhadas devem ser apresentadas imediatamente abaixo da tabela. Não sublinhar ou desenhar linhas dentro das tabelas e não usar espaços para separar colunas.

6. Figuras: Incluir gráficos, desenhos, fluxogramas, fotografias, gráficos, etc. Todas as ilustrações devem ser numeradas em ordem de aparecimento no texto. A legenda deve ser incluído na sua parte inferior, precedida da palavra "Figura", seguido do número de série de ocorrência no texto, em árabe, incluindo o seu modo de explicação (por exemplo, Figura 1, Figura 2, etc.). Mesmo que brevemente, esta informação deve ser clara e dispensar se referir ao texto ou fonte. Os dados produzidos em um arquivo de texto, como gráficos em Word, por exemplo, deve ser anexada depois de as tabelas no final do documento. Os arquivos de imagem devem ser enviados como anexo formato de documento. Jpg com resolução mínima de 300 dpi, para que eles sejam melhor visualizado on-line, mas não superior a 2 MB. As ilustrações em cores são aceitos para publicação eletrônica.

7. Referências: Devem ser numeradas em sobrescrito no texto, após a pontuação, classificados em ordem de aparecimento no texto e elaborar como o estilo de Vancouver. As normas e exemplos podem ser encontrados através do site: [http://www.nlm.nih.gov/bsd/uniform\\_requirements.html](http://www.nlm.nih.gov/bsd/uniform_requirements.html). Todas as referências citadas no texto, e apenas eles, devem figurar na lista de referência que é numerada e colocada a seguir ao texto. Ao utilizar um programa de gerenciamento de referências (como o EndNote e Reference Manager), os códigos de campo devem ser desativado antes de enviar o documento, o texto é convertido em texto simples. Para converter referências adicionadas por Reference Manager ou Endnote para texto simples, o autor pode usar o seu próprio programa, que permite remover os códigos de campo (em "Remove Field Codes").

## **INSTRUÇÕES PARA ENVIO**

As inscrições só podem ser feitas através deste site. Nós pedimos que os autores leiam todas as instruções antes de iniciar o processo de submissão. Um dos autores deverá se registrar no site, onde você receberá um nome de usuário, senha e instruções sobre o processo de submissão. Uma vez cadastrado, o autor pode entrar no sistema a qualquer momento, com seu login e senha (acesso, no menu superior). Ao completar

o registo inicial, o autor é enviado diretamente para a página do usuário, que lista as várias funções que o usuário pode tomar na revista (autor, revisor e leitor).

Clicando no papel de autor aparece para listar as suas submissões ativas e arquivadas, e uma nova submissão pode ser iniciada. O processo de submissão tem cinco etapas, com instruções disponíveis em cada um. O autor não precisa completar os 5 passos de cada vez e pode retomar a qualquer hora submissões listadas como "incompleto" na lista de submissões ativas. É essencial seguir rigorosamente as instruções que aparecerão na apresentação, com atenção aos dados, que devem ser cuidadosamente preenchidos.

Os nomes de todos os autores do artigo devem ser adicionado em apresentação do site, na mesma ordem em que aparecem na página de título do manuscrito, bem como os seus e-mails, casa instituições, títulos e funções. Preencha os campos para o título do artigo em Português e Inglês, resumo e abstract. Preencha todos os campos para o índice, que são importantes para o artigo a ser indexada em bases de dados. Identifique o idioma em que o artigo está redigido. Para iniciar o processo de inscrição e submissão, por favor "Submissão on-line".

### **Condições para submissão**

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".

A primeira página contém, além do título do artigo, os nomes, títulos, instituições de origem e endereços de todos os autores por e-mail, bem como o endereço postal e número de telefone do autor correspondente e descreve a contribuição. Estes dados também será concluída na Etapa 2 do processo de submissão.

Os arquivos para submissão estão em Word (Microsoft Office). O texto está em página A4, espaçamento 1,5, fonte Calibri 12. As figuras e tabelas estão incluídas no final do documento, após as referências. O tamanho de cada documento não é mais do que 2 MB.

O manuscrito contém todos os elementos textuais necessários, incluindo o Resumo (até 250 palavras e estruturado de acordo com as diretrizes da Revista) e palavras-chave e abstract.

Em Métodos, há aprovação explícita pelo Comitê de Ética em Pesquisa, ou correspondente na instituição de origem, quando necessário.

As referências são numeradas na ordem de aparecimento no texto e seu estilo segue as regras da revista (Vancouver). Se um programa tem sido utilizado para gerenciamento de referências, códigos de campo foram retirados do arquivo enviado, a fim de converter a lista de referências em texto simples.

Referências: Devem ser numeradas em sobrescrito no texto, após a pontuação, classificados em ordem de aparecimento no texto e elaborar como o Estilo Vancouver



– Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals, organizados pelo International Committee of Medical Journal Editors Vancouver Group.

Os exemplos podem ser encontrados no site: [http://www.nlm.nih.gov/bsd/uniform\\_requirements.html](http://www.nlm.nih.gov/bsd/uniform_requirements.html).

Para auxílio no uso de Abreviatura dos títulos de periódicos (para as referências): <http://portal.revistas.bvs.br/index.php?issn=0034-8910&lang=pt>

Todas as referências citadas no texto, e apenas elas, devem figurar na lista de referências que deverá ser numerada e colocada na sequência do texto. Ao utilizar um programa de gerenciamento de referências (como o EndNote e Reference Manager), os códigos de campo deve ser desativado antes de enviar o documento, o texto é convertido em texto simples. Para converter referências adicionadas por Reference Manager ou Endnote para texto simples, o autor pode usar o seu próprio programa, que permite remover os códigos de campo (em "Remove Field Codes").

Todos os autores do artigo foram informados sobre as políticas editoriais da revista. Os autores leram o manuscrito submetido estando em conformidade com a mesma.

#### **Declaração de Direito Autoral**

Os direitos autorais para artigos publicados nesta revista são do autor, com direitos de publicação para a revista. Deve ser publicado nesta revista de acesso público, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, desde que citada a fonte (por favor, veja a Licença CreativeCommons no rodapé desta página).

#### **Política de Privacidade**

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.